



Considerando que:

A Assembleia Municipal na sua sessão realizada no dia 22 de junho, aprovou a proposta da Câmara Municipal, relativa à designação do júri para os procedimentos concursais tendo em vista o provimento de dois cargos de direção intermédia de 2.º grau, correspondente à Divisão do Potencial Humano e Administração Geral e à Divisão de Obras e Planeamento Urbanístico e um cargo de direção intermédia de 3.º grau para a Unidade Orgânica de Gestão Financeira;

Determino a abertura de procedimento concursal para provimento dos cargos de direção intermédia de 2º grau, Chefe da Divisão do Potencial Humano e Administração Geral e Chefe de Divisão de Obras e Planeamento Urbanístico, e para o cargo de direção intermédia de 3.º grau para a Unidade Orgânica de Gestão Financeira enunciando os requisitos formais do provimento, perfil exigido, composição do júri e métodos de seleção a aplicar.

1 - Este procedimento rege-se pelo disposto nos seguintes diplomas: Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, na atual redação, aplicada à Administração Local pela Lei nº 49/2012, de 29 de agosto.

2 - Habilitação Literária:

- Chefe de Divisão do Potencial Humano e Administração Geral: Licenciatura em Direito, Gestão, Economia ou Sociologia;
- Chefe de Divisão de Obras e Planeamento Urbanístico: Licenciatura em Engenharia Civil;
- Chefe da Unidade Orgânica de Gestão Financeira: Licenciatura em Contabilidade, Gestão ou Economia.

3 - Perfil exigido: Os candidatos deverão possuir as competências previstas no artigo 15.º da Lei 49/2012, de 29 de agosto, designadamente: assegurar o cumprimento das atribuições da Unidade Orgânica e o seu alinhamento com a estratégia de atuação definida pelos órgãos municipais competentes; capacidade de direção, coordenação e controle da atividade e resultados dos serviços dependentes; capacidade de organização das atividades da unidade orgânica de acordo com o plano de atividades definido, bem como para proceder à avaliação dos resultados alcançados; capacidade para distribuir, orientar e controlar a execução e qualidade técnica do trabalho produzido, assegurando a gestão dos trabalhadores integrados na unidade orgânica e a prossecução das atribuições previstas na estrutura dos serviços do Município.

4 – A área de atuação traduz-se no exercício das competências definidas no artigo 15º da Lei nº 49/2012, de 29/08, e nos artigos 8.º, 12.º, 13.º e 14.º do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais do Município do Bombarral (ROSM), sem prejuízo de outras que lhe venham a



ser cometidas no âmbito da regulamentação interna dos serviços e, eventualmente, as competências que lhe forem delegadas, nos termos da lei.

5 – Requisitos formais de provimento – Nos termos do disposto no artigo 12.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, conjugado com o artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, os candidatos terão que reunir os seguintes requisitos de provimento:

- a) Ser trabalhador em funções públicas, contratado ou designado por tempo indeterminado, dotado de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo;
- b) Possuir licenciatura em Direito, Gestão, Economia ou Sociologia (DPHAG), Engenharia Civil (DOPU) e Licenciatura em Contabilidade, Gestão ou Economia (UOGF).
- c) Ter três e quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura, para os cargos de direção de 3.º grau e 2.º grau, respetivamente;
- d) Deter competências técnicas para desempenhar funções no âmbito das áreas genéricas e específicas da Divisão do Potencial Humano e Administração Geral, da Divisão de Obras e Planeamento Urbanístico e da Unidade Orgânica de Gestão Financeira.

6 – Métodos de seleção: avaliação curricular e entrevista pública.

7 – O júri do procedimento tem a seguinte constituição:

Presidente: Paulo Jorge Lopes Simões – Primeiro Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal do Oeste;

Vogais: Maria Manuela Paula de Castro – Chefe da Divisão Administrativa e Financeira – Câmara de Sobral de Monte Agraço e João Francisco Lopes da Silva Teixeira Alves – Chefe da Divisão do Ordenamento do Território – Câmara Municipal do Cadaval.

8 - O aviso correspondente ao presente procedimento será publicado em órgão de imprensa de expansão nacional, na 2.ª série do Diário da República e na Bolsa de Emprego Público, de acordo com o disposto no artigo 21º da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, na atual redação, adaptado à Administração Local pela Lei nº 49/2012, de 29 de agosto.

Bombarral, 8 de agosto de 2018.

O Presidente da Câmara

Ricardo Fernandes, Dr.